

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS

Estudo Técnico Preliminar 11/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 9079603110001199000007/2026-13

2. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, em observância ao Art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021. O objetivo é analisar a viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação de empresa especializada para a gestão do auxílio-alimentação dos empregados públicos do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL).

Esta contratação fundamenta-se no estrito cumprimento das obrigações trabalhistas pactuadas no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2026 e nas diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), buscando a melhor solução para atender às necessidades da Autarquia e garantir o bem-estar de seus colaboradores.

Justificativa para Adequação do Número de Beneficiários

Inicialmente, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) previu a contratação de vale alimentação para 25 (vinte e cinco) colaboradores, considerando a proposta de ampliação do benefício para estagiários. Contudo, após análise e deliberação da gestão, a referida proposta de inclusão dos estagiários não foi aprovada.

Diante disso, o número de beneficiários a ser considerado para a presente contratação deve ser ajustado para 17 (dezessete) empregados públicos, que corresponde ao quadro atual de funcionários do CRCAL elegíveis ao benefício. Esta adequação visa a correta estimativa de custos e a conformidade com a decisão administrativa vigente, garantindo a eficiência e a economicidade do processo de contratação.

3. Descrição da necessidade

A necessidade da contratação decorre da obrigação legal e normativa do CRCAL em assegurar a concessão do benefício de auxílio-alimentação aos seus empregados e ocupantes de cargos comissionados, conforme previsto na Cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2026. A presente solução tem por objetivo:

- **Garantir a continuidade do benefício:** assegurar que não haja interrupção na concessão do auxílio-alimentação, especialmente em razão do encerramento da modalidade de pagamento em pecúnia anteriormente prevista no Acordo Coletivo.
- **Assegurar a conformidade legal:** adequar a concessão do benefício às disposições da Lei nº 14.442/2022 e do Decreto nº 10.854/2021, que vedam o pagamento em espécie e determinam sua utilização exclusiva para despesas com alimentação e refeição.
- **Promover maior eficiência administrativa:** adotar solução tecnológica por meio de cartão eletrônico com chip, proporcionando maior segurança, rastreabilidade na utilização dos recursos e redução da carga operacional do Departamento Administrativo.

O interesse público resta evidenciado na valorização do capital humano, na promoção do bem-estar dos colaboradores e na transparência da aplicação dos recursos públicos, assegurando que o benefício atenda integralmente à sua finalidade social.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento Administrativo	Lucas David da Silva Lima

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Para garantir a eficácia da solução a ser contratada, foram definidos os seguintes requisitos técnicos mínimos:
- **Tecnologia:** disponibilização de cartão eletrônico ou magnético com chip de segurança e senha individual, em conformidade com as práticas atuais de mercado e com mecanismos de prevenção a fraudes.
 - **Rede credenciada:** manutenção de ampla rede de estabelecimentos credenciados, tais como supermercados, mercearias, açougues e padarias, com abrangência nacional, sendo indispensável a efetiva aceitação no Município de Maceió e região metropolitana.
 - **Gestão e suporte:** disponibilização de plataforma online destinada à gestão administrativa pelo setor de Recursos Humanos, permitindo a realização de pedidos, bloqueios e emissão de relatórios, bem como aplicativo para os beneficiários, contendo funcionalidades de consulta de saldo, extrato e rede credenciada.
 - **Conformidade com o PAT:** observância às disposições do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com vedação expressa à cobrança de taxas negativas (rebate), bem como atendimento às normas de interoperabilidade e portabilidade aplicáveis ao benefício.
 - **Segurança da informação:** observância integral à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a proteção e o tratamento adequado das informações dos beneficiários.

6. Levantamento de Mercado

LEVANTAMENTO DE MERCADO, ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

6.1 Fornecimento de Cestas Básicas

- 6.1.1 Uma das alternativas analisadas consiste no fornecimento mensal de cestas básicas compostas por gêneros alimentícios essenciais, visando assegurar aos empregados o acesso a itens necessários à alimentação.
- 6.1.2 Entretanto, essa solução apresenta limitações relevantes do ponto de vista operacional e funcional.
- 6.1.3 **Falta de flexibilidade e variedade:** as cestas básicas possuem composição padronizada, o que pode não atender às preferências alimentares, restrições dietéticas e necessidades específicas dos beneficiários, podendo ocasionar desperdícios e insatisfação.
- 6.1.4 **Complexidade logística e operacional:** a aquisição, armazenamento, montagem e distribuição das cestas demandariam maior estrutura administrativa, espaço físico adequado e custos adicionais relacionados à logística e controle de estoque.

6.1.5 Custos de distribuição: o fornecimento físico das cestas geraria despesas adicionais com transporte e distribuição, especialmente considerando a diversidade de localização residencial dos empregados.

6.2 Subsídio Alimentar em Pecúnia

6.2.1 Outra alternativa analisada seria a concessão do benefício diretamente em folha de pagamento, mediante repasse financeiro aos empregados.

6.2.2 Contudo, tal modalidade encontra vedação legal expressa no art. 178 do Decreto nº 10.854/2021, bem como nas disposições da Lei nº 14.442/2022, que proíbem o pagamento do auxílio-alimentação em espécie, exigindo sua destinação exclusiva para despesas com alimentação e refeição.

6.3 Cartão Eletrônico de Vale-Alimentação

6.3.1 A solução de fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartão eletrônico mostra-se a alternativa mais adequada ao CRCAL, considerando os aspectos legais, operacionais, econômicos e administrativos.

6.3.2 **Justificativa técnica e econômica:** o cartão eletrônico com chip proporciona maior segurança nas transações, reduz riscos de fraude, extravio ou utilização indevida, além de facilitar a gestão administrativa dos créditos pela Administração.

6.3.3 A operacionalização do benefício poderá ocorrer por intermédio de empresa especializada na administração e gerenciamento de benefícios, nos termos do art. 170, inciso II, do Decreto nº 10.854/2021.

6.3.4 **Flexibilidade de utilização:** a ampla rede credenciada possibilita que os empregados escolham os estabelecimentos de sua preferência para aquisição de gêneros alimentícios, atendendo melhor às necessidades individuais e familiares.

6.3.5 **Acompanhamento em tempo real:** os cartões eletrônicos permitem consulta de saldo, extrato e histórico de utilização por meio de aplicativos e plataformas digitais, conferindo maior transparência e praticidade aos usuários.

6.3.6 **Redução de custos operacionais:** a solução elimina a necessidade de estrutura logística para armazenamento e distribuição física de benefícios, reduzindo custos administrativos e operacionais.

6.4 Conclusão da Análise de Mercado

6.4.1 Após análise técnica e econômica das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação de empresa especializada para administração e fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartão eletrônico é a solução mais vantajosa para o CRCAL, por proporcionar maior eficiência administrativa, segurança operacional, conformidade legal e melhor atendimento às necessidades dos empregados.

6.5 Pesquisa de Contratações Similares

6.5.1 Em consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, foram identificadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas:

ÓRGÃO/ENTIDADE	EMPRESA CONTRATADA	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	MODALIDADE
Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região	PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL S.A.	0,00%	Pregão Eletrônico
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	—	0,00%	Pregão Eletrônico
Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso	PERSONAL NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	0,00%	Pregão Eletrônico
Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES	LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA	0,00%	Pregão Eletrônico

6.5.2 Observa-se que a prática predominante no mercado tem sido a adoção de taxa de administração correspondente a 0% (zero por cento), em razão das alterações promovidas pela Lei nº 14.442/2022 e pelo Decreto nº 10.854/2021, que vedaram a concessão de descontos ou rebates sobre os valores dos benefícios.

6.5.3 Constatou-se, ainda, que há ampla oferta de empresas especializadas na prestação do serviço pretendido, demonstrando a viabilidade e competitividade da contratação.

6.6 Da Competitividade e Critérios de Desempate

6.6.1 A vedação legal à utilização de taxas negativas não compromete a competitividade do certame, considerando a ampla atuação de empresas especializadas no segmento de benefícios alimentação.

6.6.2 Havendo empate entre propostas, serão observados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.3 Persistindo o empate, poderá ser realizado sorteio público, mediante prévia divulgação da data, horário e plataforma utilizada, com a devida lavratura de ata e acompanhamento da equipe de apoio.

6.7 Da Inviabilidade do Credenciamento

6.7.1 Embora alguns órgãos adotem o sistema de credenciamento para contratação de empresas administradoras de benefícios, tal solução não se mostra adequada ao CRCAL no presente momento.

6.7.2 O credenciamento possibilitaria a habilitação simultânea de múltiplas empresas, o que demandaria maior estrutura de fiscalização e gestão contratual, incompatível com a atual capacidade operacional do Conselho.

6.8 Os serviços de administração de benefícios são executados por diversos fornecedores do Mercado, o que se confirma por meio de consulta ao sítio da Associação Brasileira de Benefícios ao Trabalhador – ABTT, que informa, em 27/01/2026, a existência de 22 (vinte e duas) empresas associadas (<http://www.abbt.org.br/>):

Veja nossas parceiras:



6.8.1 Da Participação de Empresas de Arranjo Aberto ou Fechado

6.8.2 A prestação dos serviços poderá ocorrer por meio de arranjo fechado, observadas as disposições do Decreto nº 10.854/2021 e da Lei nº 14.442/2022.

6.8.3 Ressalta-se, contudo, que a implementação plena das regras de interoperabilidade e portabilidade previstas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT ainda depende de regulamentações complementares pelos órgãos competentes.

6.8.4 Dessa forma, a contratação deverá observar a legislação vigente e eventuais normativos supervenientes aplicáveis ao tema, garantindo segurança jurídica e adequada execução contratual.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A solução a ser contratada consiste na prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação, por meio de cartões eletrônicos com chip de segurança, destinados aos empregados e ocupantes de cargos comissionados do CRCAL, para utilização em estabelecimentos comerciais credenciados.

7.2 A contratada será responsável pela emissão, gerenciamento, disponibilização, substituição, bloqueio e recarga mensal dos cartões, bem como pela manutenção da rede credenciada e pela operacionalização integral dos serviços relacionados ao benefício.

7.3 A prestação dos serviços deverá contemplar, no mínimo:

- atendimento aos beneficiários para solução de demandas relacionadas à utilização dos cartões;
- suporte técnico e operacional à Administração, incluindo gestão de saldos, emissão de relatórios e atualização cadastral dos beneficiários;
- disponibilização de plataforma digital e/ou sistema de gerenciamento para acompanhamento das recargas e movimentações;
- manutenção preventiva e corretiva dos sistemas utilizados na execução dos serviços;
- garantia da segurança das transações e da proteção dos dados dos usuários, em conformidade com a legislação vigente.

7.4 A eventual interrupção da prestação dos serviços de auxílio-alimentação poderá acarretar prejuízos significativos aos empregados e à Administração, considerando que o benefício possui natureza alimentar e finalidade social essencial.

7.5 A suspensão ou descontinuidade do benefício pode comprometer o acesso dos empregados à alimentação adequada, impactando diretamente sua qualidade de vida, bem-estar e condições de trabalho.

7.6 Além disso, a interrupção dos serviços poderá ocasionar desmotivação, insatisfação funcional e reflexos negativos no clima organizacional e na produtividade institucional, razão pela qual se faz indispensável a continuidade da prestação dos serviços de forma regular e eficiente.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A estimativa da contratação foi elaborada com base no quadro atual de empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRCAL, bem como na previsão orçamentária para o exercício de 2026.

8.2 Para fins de estimativa, foram considerados os seguintes parâmetros:

- **Número estimado de beneficiários:** 17 (dezessete) empregados, podendo haver variação em decorrência de admissões, desligamentos, nomeações oriundas de concurso público e demais movimentações funcionais;
- **Valor unitário mensal do benefício:** R\$ 577,50 (quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme previsto no ACT 2025/2026, já contemplando o reajuste de 5% aplicado em maio de 2026;

- **Periodicidade das recargas:** 12 (doze) recargas mensais anuais.

Quadro Resumo da Estimativa da Contratação (12 meses)

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
01	Auxílio-Alimentação	17	R\$ 577,50	R\$ 9.817,50	R\$ 117.810,00

Valor Total Estimado da Contratação: R\$ 117.810,00 (cento e dezessete mil, oitocentos e dez reais).

8.3 O critério de julgamento da licitação será o de menor preço, considerando a menor taxa de administração ofertada, observada a vedação à apresentação de taxa negativa, nos termos do art. 3º da Lei nº 14.442/2022.

8.4 Ressalta-se que os quantitativos apresentados constituem mera estimativa, podendo sofrer alterações durante a execução contratual em razão de eventuais mudanças no quadro de pessoal do CRCAL.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 117.810,00

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no quantitativo atual de 17 (dezessete) empregados beneficiários do auxílio-alimentação, considerando o valor mensal individual de **R\$ 577,50** (quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2025/2026.

Dessa forma, o valor mensal estimado da contratação corresponde a **R\$ 9.817,50** (nove mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), totalizando o montante anual estimado de **R\$ 117.810,00** (cento e dezessete mil, oitocentos e dez reais), considerando 12 (doze) recargas mensais.

Ressalta-se que o critério de julgamento da contratação será a menor taxa de administração, observada a vedação à apresentação de taxa negativa, nos termos da Lei nº 14.442/2022.

Os quantitativos estimados poderão sofrer alterações ao longo da execução contratual, em razão de admissões, desligamentos ou demais movimentações no quadro funcional do CRCAL.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 O parcelamento da solução não será adotado na presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste na prestação contínua e integrada de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação aos empregados do CRCAL.

10.2 A execução por um único fornecedor mostra-se mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo padronização dos serviços, uniformidade na gestão dos benefícios, maior eficiência administrativa e melhor controle da execução contratual.

10.3 Ademais, a eventual divisão do objeto poderia ocasionar dificuldades operacionais, fragmentação da gestão, aumento dos custos administrativos e riscos de incompatibilidade entre sistemas e procedimentos, comprometendo a eficiência da prestação dos serviços.

10.4 A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, adotando-se como critério de julgamento a menor taxa de administração ofertada, observada a vedação à apresentação de taxa negativa, nos termos da legislação vigente.

10.5 Os pagamentos ocorrerão conforme a efetiva demanda de recarga dos créditos nos cartões de auxílio-alimentação, de acordo com os quantitativos mensalmente autorizados pela Administração.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 A presente contratação não possui relação de interdependência com outros contratos administrativos vigentes no âmbito do CRCAL, tratando-se de serviço autônomo de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação aos empregados.

11.2 Entretanto, a contratação encontra-se alinhada às políticas internas de gestão de pessoas e concessão de benefícios adotadas pelo Conselho, bem como às disposições previstas no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2025 /2026.

11.3 Ressalta-se, ainda, que a solução pretendida está em consonância com as diretrizes institucionais voltadas à valorização dos empregados, promoção do bem-estar funcional e melhoria das condições de trabalho.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRCAL, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, aprovado por meio da Portaria PRES CRCAL nº 001, de 20 de janeiro de 2026.

12.2 A contratação consta expressamente no PCA 2026 sob a descrição “Contratação de empresa especializada em concessão de Vale Alimentação”, vinculada ao Departamento Pessoal, com grau de prioridade alto e previsão estimada de contratação no valor de R\$ 150.000,00.

12.3 Conforme previsto no próprio Plano de Contratações Anual, a contratação tem por finalidade proporcionar melhores condições nutricionais, qualidade de vida, bem-estar e saúde aos empregados do CRCAL, bem como atender às disposições do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

12.4 A solução pretendida também se encontra compatível com a previsão orçamentária do exercício de 2026, observando as diretrizes de planejamento, governança e gestão estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

12.5 Dessa forma, resta demonstrado que a contratação está plenamente alinhada ao planejamento estratégico, administrativo e orçamentário do CRCAL, contribuindo para a continuidade das atividades institucionais e para a valorização do corpo funcional do Conselho.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A presente contratação tem como objetivo assegurar a continuidade da concessão do auxílio-alimentação aos empregados e ocupantes de cargos comissionados do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRCAL, promovendo melhores condições de alimentação, saúde, bem-estar e qualidade de vida.

13.2 Entre os principais benefícios esperados com a contratação, destacam-se:

- manutenção regular e contínua do benefício de auxílio-alimentação aos empregados;
- atendimento às disposições legais previstas na Lei nº 14.442/2022, no Decreto nº 10.854/2021 e nas normas do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT;
- maior eficiência administrativa na gestão e operacionalização do benefício, mediante utilização de sistema eletrônico de recarga e controle;
- redução de custos operacionais relacionados à logística, distribuição e controle manual de benefícios;
- ampliação da segurança das transações e rastreabilidade na utilização dos recursos públicos;
- disponibilização de ampla rede credenciada para utilização do benefício pelos empregados;
- melhoria do clima organizacional, da motivação e da satisfação dos colaboradores;

- fortalecimento das políticas institucionais de valorização dos empregados e promoção do bem-estar funcional;
- contribuição para a manutenção da produtividade e da eficiência das atividades desenvolvidas no âmbito do CRCAL.

13.3 A contratação também proporcionará maior transparência e controle na aplicação dos recursos públicos destinados ao benefício, garantindo que sua utilização ocorra exclusivamente para despesas relacionadas à alimentação, conforme determina a legislação vigente.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 A Administração adotará as medidas administrativas necessárias para assegurar a adequada execução, acompanhamento e fiscalização contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

14.2 Os empregados designados para atuar na gestão e fiscalização do contrato serão devidamente orientados e capacitados quanto aos procedimentos de acompanhamento da execução contratual, controle das recargas, conferência de faturas, utilização da plataforma de gestão e demais rotinas relacionadas ao objeto contratado.

14.3 A capacitação poderá ocorrer por meio de cursos, treinamentos e orientações promovidos pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, bem como por outras instituições especializadas em gestão e fiscalização de contratos administrativos.

14.4 Ressalta-se que o CRCAL já possui experiência administrativa na operacionalização do benefício de auxílio-alimentação, contando com empregados que atuam no acompanhamento e controle desse tipo de serviço, o que contribui para maior eficiência na gestão contratual.

14.5 A fiscalização contratual terá como finalidade garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto aos prazos de recarga, disponibilidade da rede credenciada, funcionamento dos sistemas de gestão, atendimento aos beneficiários e conformidade dos serviços prestados com as exigências contratuais e legais.

14.6 Também serão adotadas providências relacionadas à formalização da equipe de gestão e fiscalização do contrato, definição dos fluxos administrativos internos e acompanhamento contínuo da execução contratual, visando assegurar a qualidade, regularidade e eficiência dos serviços prestados.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A presente contratação possui baixo potencial de impacto ambiental, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços de administração e gerenciamento de auxílio-alimentação por meio eletrônico.

15.2 A utilização de cartões eletrônicos e plataformas digitais contribui para a redução do uso de papel, impressão de documentos físicos e processos manuais, promovendo maior eficiência administrativa e sustentabilidade ambiental.

15.3 Além disso, a solução contratada reduz a necessidade de logística de armazenamento, transporte e distribuição física de benefícios, como ocorreria na hipótese de fornecimento de cestas básicas, diminuindo a geração de resíduos e a emissão indireta de poluentes decorrentes do transporte de mercadorias.

15.4 A contratada deverá observar, sempre que aplicável, práticas sustentáveis relacionadas ao uso racional de recursos, descarte ambientalmente adequado de materiais e conformidade com a legislação ambiental vigente.

15.5 Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta impactos ambientais reduzidos, além de contribuir para a modernização dos processos administrativos e adoção de práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade e da eficiência na Administração Pública.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 A contratação de empresa especializada para administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartão eletrônico/magnético com chip mostra-se a solução mais adequada para atender às necessidades do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRCAL, considerando os aspectos legais, operacionais, administrativos e econômicos envolvidos.

16.2 A solução atende às disposições do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2025/2026, às exigências da Lei nº 14.442/2022, do Decreto nº 10.854/2021 e às normas relacionadas ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, garantindo maior segurança, rastreabilidade, eficiência administrativa e adequada destinação dos recursos públicos.

16.3 Para elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, foram analisados os seguintes documentos institucionais e normativos:

- Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do CRCAL, no qual a contratação encontra-se prevista;
- Proposta Orçamentária do CRCAL para o exercício financeiro de 2026;
- Documento de Formalização de Demanda – DFD referente ao Processo SEI nº 9079603110001199.000007/2026-13;
- Portaria CRCAL nº 035/2026, que dispõe sobre a designação de gestores e fiscais de contratos administrativos no âmbito do CRCAL;
- Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2025/2026, que prevê a concessão do benefício de auxílio-alimentação aos empregados do Conselho.

16.4 O processo licitatório será conduzido em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, transparência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.5 O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que a contratação pretendida é necessária, adequada e viável, garantindo a continuidade de benefício essencial aos empregados do CRCAL, bem como maior eficiência na gestão administrativa e conformidade com a legislação vigente.

16.6 Diante do exposto, esta Equipe de Planejamento da Contratação conclui pela viabilidade técnica e administrativa da presente contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NATALLY GOMES DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 10:32:30.

LUCAS DAVID DA SILVA LIMA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 10:32:43.